

eds.
Oriol Nel·lo
Ismael Blanco
Ricard Gomà

El apoyo mutuo en tiempos de crisis

La solidaridad ciudadana
durante la pandemia
COVID-19

El apoyo mutuo en tiempos de crisis : la solidaridad ciudadana durante la pandemia Covid-19 / Paula Rosa ... [et al.] ; editado por Oriol Nel-lo; Ismael Blanco; Ricard Gomà. - 1a ed. - Ciudad Autónoma de Buenos Aires: CLACSO ; Barcelona: Universitat Autònoma de Barcelona; Instituto de Estudios Regionales y Metropolitanos de Barcelona, 2022.

Libro digital, PDF

Archivo Digital: descarga y online

ISBN 978-987-813-190-0

1. Pandemias. 2. Políticas Públicas. 3. Solidaridad. I. Rosa, Paula. II. Nel-lo, Oriol, ed. III. Blanco, Ismael, ed. IV. Gomà, Ricard, ed.

CDD 303.48

Diseño de tapa: Dominique Cortondo Arias

Diseño interior: Eleonora Silva

El apoyo mutuo en tiempos de crisis

La solidaridad ciudadana
durante la pandemia Covid-19

**Oriol Nel·lo, Ismael Blanco y Ricard Gomà
(Eds.)**



CLACSO

Consejo Latinoamericano
de Ciencias Sociales
Conselho Latino-americano
de Ciências Sociais

CLACSO Secretaría Ejecutiva

Karina Batthyány - Secretaria Ejecutiva

María Fernanda Pampín - Directora de Publicaciones

Equipo Editorial

Lucas Sablich - Coordinador Editorial

Solange Victory y Marcela Alemandi - Gestión Editorial

Nicolás Sticotti - Fondo Editorial



LIBRERÍA LATINOAMERICANA Y CARIBEÑA DE CIENCIAS SOCIALES

CONOCIMIENTO ABIERTO, CONOCIMIENTO LIBRE

Los libros de CLACSO pueden descargarse libremente en formato digital o adquirirse en versión impresa desde cualquier lugar del mundo ingresando a www.clacso.org.ar/libreria-latinoamericana

El apoyo mutuo en tiempos de crisis. La solidaridad ciudadana durante la pandemia Covid-19

(Buenos Aires: CLACSO, mayo de 2022).

ISBN 978-987-813-190-0



CC BY-NC-ND 4.0

© Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales | Queda hecho el depósito que establece la Ley 11723.

La responsabilidad por las opiniones expresadas en los libros, artículos, estudios y otras colaboraciones incumbe exclusivamente a los autores firmantes, y su publicación no necesariamente refleja los puntos de vista de la Secretaría Ejecutiva de CLACSO.

CLACSO. Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales - Conselho Latino-americano de Ciências Sociais

Estados Unidos 1168 | C1023AAB Ciudad de Buenos Aires | Argentina

Tel [54 11] 4304 9145 | Fax [54 11] 4305 0875 | clacso@clacsoinst.edu.ar |

www.clacso.org



Este material/producción ha sido financiado por la Agencia Sueca de Cooperación Internacional para el Desarrollo, Asdi. La responsabilidad del contenido recae enteramente sobre el creador. Asdi no comparte necesariamente las opiniones e interpretaciones expresadas.

Capítulo 9

A Covid-19 na cidade de Porto Alegre (Brasil) e a situação das mulheres na pandemia

Vanessa Marx

Introdução

Este capítulo busca problematizar a situação das mulheres frente a pandemia da Covid-19 na cidade de Porto Alegre, capital do estado do Rio Grande do Sul, no Brasil. O artigo trabalha com dados quantitativos de fontes oficiais e os produzidos no dossiê do Observatório das Metrôpoles-Núcleo Porto Alegre de 2020 e de 2021 e com dados qualitativos a partir dos relatos das entrevistadas nos diálogos realizados no âmbito do projeto de extensão Mulheres e Cidades.

Em um primeiro momento, propõe-se pensar a política urbana e o direito à cidade a partir do olhar das mulheres. Pensamos ser fundamental problematizar o conceito de direito a cidade mostrando a visão da diversidade das mulheres e de suas agendas, de gênero e urbana, para tratar a relação entre elas e as cidades. Em um segundo momento, analisa-se a situação das mulheres na cidade de Porto

Alegre, como se localizam no território e nas regiões de planejamento da cidade. Consideram-se também os territórios negros, especificamente os “quilombos urbanos” e as comunidades indígenas.

Além disso, o capítulo analisa os efeitos sociais da pandemia da Covid-19 na cidade de Porto Alegre e como a situação vem sendo administrada pelo governo local. Consideram-se os anos de 2020 e 2021, em que houve mudança de prefeito, com diferentes políticas de enfrentamento a pandemia na cidade. Durante esses anos, surgiram iniciativas locais de organização de mulheres e movimentos feministas que criaram redes de solidariedade e de ajuda frente a emergência sanitária, a precarização da vida e a situação de desemprego, fome e acesso a água, independente do apoio do governo municipal.

Por último, mostra-se a situação das mulheres através dos diálogos do projeto de extensão “Mulheres e Cidades” desenvolvido na Universidade Federal de Rio Grande do Sul, no departamento de Sociologia¹, com nove mulheres ativistas, acadêmicas, indígenas, negras, de cidades do Brasil e do exterior. Nas considerações finais discorreremos sobre a necessidade de articular pesquisa e extensão na produção de artigos acadêmicos, de pensar as cidades pós-pandemia incorporando o olhar das mulheres e reivindicando o direito à cidade a partir da perspectiva de gênero.

Pensar a política urbana e o direito à cidade a partir do olhar das mulheres

O conceito de direito a cidade tem sido difundido no mundo não só do ponto de vista teórico, desde a obra de Henri Lefebvre (2001), mas

¹ Projeto de Extensão Mulheres e Cidades está disponível no YouTube do Grupo de Pesquisa Sociologia Urbana e Internacionalização das Cidades (GPSUIC). Ver https://www.youtube.com/channel/UCIwiVpJZ89OyKob_YGepuWQ/videos. A autora agradece a contribuição das mulheres entrevistadas no Projeto de Extensão Mulheres e Cidades, em 2020 e 2021, e a colaboração da bolsista do projeto de extensão Rafaela Pereira com a pesquisa dos dados e produção de mapas deste artigo.

também nas lutas dos movimentos sociais urbanos que reivindicam o direito à vida urbana e a possibilidade de mudar e reinventar a cidade de acordo com os mais profundos desejos da cidadania. Como bem discorre Lefebvre em sua obra *O Direito à Cidade*, conceitos e teorias só podem avançar na cidade através das práxis da sociedade urbana. No Brasil, este conceito continua sendo um elemento importante para os agentes sociais articulados em fóruns, movimentos, organizações e conselhos. De forma mais contemporânea, Harvey (2014) faz referência a Lefebvre mencionando a necessidade de pensar a cidade coletivamente e reivindicar algum tipo de poder configurador sobre os processos de urbanização, principalmente, quando a cidade é regulada por coalizão de agentes que buscam a expansão do capital no território. O direito à cidade ganhou força nas agências internacionais quando foi incorporado a Nova Agenda Urbana da Conferência Habitat III, da ONU, em Quito (Equador), em 2016. Talvez este elemento seja mais simbólico que real, mas foi resultado da luta dos movimentos sociais urbanos e de organizações sociais na conferência.

Ressaltamos a importância do direito à cidade como direito coletivo, mas salientamos a importância de que o conceito seja pensado desde o olhar da diversidade das mulheres e saindo de uma concepção homogeneizadora. No campo dos estudos urbanos e da sociologia urbana, trabalhos clássicos como os da Escolha de Chicago e as contribuições teóricas de Robert Park (1864-1944) e Louis Wirth (1897-1952) sublinharam a importância para as urbes como violência, segregação socioespacial, urbanismo como modo de vida, e a tipologia de cidades, entre outros, mas pouco se fala de questões de gênero e de mulheres que tiveram incidência nas construções teóricas. As produções teóricas das mulheres, seja no campo da sociologia urbana, como da arquitetura e urbanismo, foram invisibilizadas no mundo acadêmico durante um longo tempo².

² Em relação a este ponto ver o diálogo com Ana Falú, do projeto de extensão Mulheres e Cidades, dezembro de 2021 disponível no Canal do YouTube do GPSUIC,

O trabalho de Jane Jacobs (2011), em *Morte e Vida de Grandes Cidades*, nos anos sessenta representa um marco da abordagem da cidade através do olhar de uma mulher, ressaltando a necessidade de pensar no cotidiano nas cidades, desde uma escala micro, e de olhar para a rua contemplando a multiplicidade de agentes que vivem nas cidades. Para pensar em um território urbano para as mulheres deveríamos nos inspirar no cotidiano: onde vivemos, para onde vamos, como se dá nosso dia a dia na cidade, por onde circulamos e se nossa mobilidade se faz com segurança. Para isto é importante pensar: a) a presença das mulheres no território, b) as transformações do território a partir da incidência das mulheres nos instrumentos de gestão urbana c) o peso das agendas das mulheres dentro do urbanismo. O ativismo urbano feminista tem sido muito importante para visibilizar a agenda das mulheres em relação às cidades. Uma das questões centrais é a reivindicação por cidades seguras para as mulheres e que se tornem possíveis os deslocamentos a pé ou em transportes públicos sem sofrer violência ou assédio sexual. A mobilidade tem sido um tema muito presente nos debates sobre a temática, assim como a moradia, o acesso aos serviços e os equipamentos públicos. Em termos mais gerais, o acesso ao espaço público tem sido considerado fundamental para a sociabilidade e a construção de redes de solidariedade e apoio entre as mulheres.

Desde esta perspectiva, existem três questões importantes para refletir: a) a necessidade de aprofundar e atualizar o conceito de direito à cidade a partir da diversidade e da perspectiva de gênero e raça b) pensar a cidade como um cenário de disputa c) planejar a cidade com as mulheres. As mulheres, em sua diversidade, são sensoriais e por isso a sua experiência da cidade passa pelo cotidiano, destacando a sua vivência no espaço público e na mobilidade. Ana Falú (2014) defende que o direito à cidade é uma construção permanente e conflitiva, assim como a necessidade de pensar na categoria de gênero em análises e reflexões sobre a cidade. Entendemos que os processos

https://www.youtube.com/watch?v=_KnFoyBfF_s&t=47s.

urbanos são atravessados por desigualdades sociais e de gênero pronunciadas que são produzidas e reproduzidas no território. Além disso, é importante ressaltar as disputas que ocorrem em arenas de representação e participação, principalmente no planejamento das cidades, onde as necessidades das mulheres são frequentemente ignoradas.

Desde uma perspectiva interseccional, é importante salientar a diversidade das mulheres, incluindo as mulheres indígenas, negras e LGBTQ+, e procurar a construção de uma agenda comum. Como nos expõem Marx e Celiberti (2017), “as mulheres negras interpelam, questionam, denunciam o feminismo branco por universalizar as experiências e as opressões das mulheres brancas ocidentais, ignorando o outro, as mulheres negras, as mulheres indígenas, e propondo desta forma a descolonização do pensamento, imaginação simbólica e ação”. A multiplicidade de olhares sobre a relação entre mulheres e cidades é urgente e necessária.

Através do projeto de extensão “Mulheres e Cidades”, pudemos visualizar as agendas e o cotidiano de uma diversidade de mulheres: negras, indígenas, acadêmicas, ativistas a realidade de mulheres que vivem e estudam as cidades, suas necessidades no contexto da pandemia da Covid-19.

As mulheres na cidade de Porto Alegre e na pandemia

Porto Alegre é a capital do estado do Rio Grande do Sul, estado mais ao sul do Brasil que faz fronteira com o Uruguai e Argentina. No Rio Grande do Sul existem duas regiões metropolitanas: a Região Metropolitana de Porto Alegre (RMPA), com 4,3 milhões de habitantes e 34 municípios; e a Região Metropolitana da Serra Gaúcha (RMSG), com 820 mil habitantes e 14 municípios. A cidade de Porto Alegre apresenta cerca de 1.409.351 habitantes, segundo o último censo realizado pelo IBGE no ano de 2010, com uma população de 53,6% de mulheres frente a 46,9% de homens, segundo dados do censo do

IBGE de 2010. A cidade está dividida em oito Regiões de Gestão e Planejamento (RGP) e em todas as regiões a porcentagem de mulheres é maior que homens.

Figura 1. Mapa dos bairros e Regiões de Planejamento e Gestão de Porto Alegre



Mapa dos bairros de Porto Alegre



Mapa das regiões de planejamento de Porto Alegre

Fonte: Secretaria do Meio Ambiente e da Sustentabilidade. Prefeitura de Porto Alegre, 2016.

Partindo do mapa de bairros e regiões de planejamento e gestão da cidade, podemos ver na tabela a seguir como se distribui a população em homens e mulheres nas regiões e o percentual total de mulheres por RGP.

Tabela 1. Mulheres residentes em Porto Alegre pelas regiões de gestão e planejamento

| | RGP1 | RGP2 | RGP3 | RGP4 | RGP5 | RGP6 | RGP7 | RGP8 | TOTAL |
|-------------------|---------|---------|---------|---------|---------|---------|---------|--------|-----------|
| Total | 276.799 | 182.829 | 191.784 | 151.543 | 135.355 | 194.201 | 181.238 | 95.602 | 1.409.351 |
| Mulheres | 155.219 | 99.170 | 101.601 | 79.930 | 71.967 | 103.740 | 94.226 | 49.711 | 755.564 |
| Homens | 121.580 | 83.659 | 90.183 | 71.613 | 63.388 | 90.461 | 87.012 | 45.891 | 653.787 |
| % Mulheres | 56,08 | 54,24% | 52,98% | 52,74% | 53,17% | 53,42% | 51,99% | 52,00% | 53,61% |

Fonte: ObservaPOA, dados IBGE, censo demográfico 2010.

Além disso, a cidade apresenta em seu território mulheres residentes em comunidades quilombolas e indígenas onde a metade da população são mulheres (Tabela 2).

Tabela 2. Mulheres de Comunidade Quilombola e mulheres indígenas em Porto Alegre

| Mulheres de comunidade quilombola em PoA | Mulheres indígenas em PoA |
|--|---------------------------|
| Total | 521 |
| % Mulheres | 50,70% |

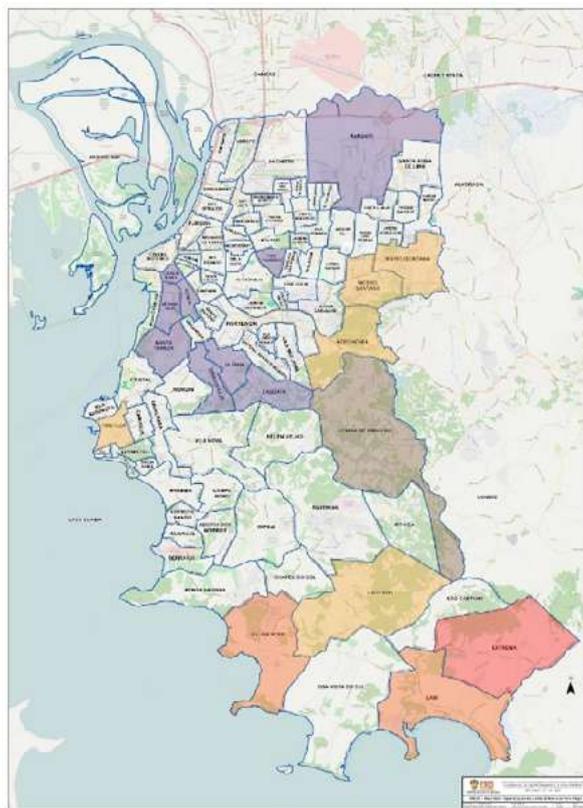
Fonte: Pesquisa sobre Comunidades Remanescentes de Quilombos em Porto Alegre (2008) e Estudo quantitativo e qualitativo dos coletivos indígenas em Porto Alegre e regiões limítrofes (2008).

A cidade apresenta nove quilombos urbanos, segundo o *Atlas da Presença Quilombola em Porto Alegre* (2021), distribuídos em nove bairros de Porto Alegre. São eles o Quilombo do Machado (Sarandi), Quilombo da Família Silva (Três Figueiras), Quilombo dos Fidélix (Azenha), Quilombo dos Alpes (Cascata), da Quilombo da Mocambo (Cidade Baixa) Quilombo do Areal (Menino Deus), Quilombo da Família Lemos (Santa Tereza), Quilombo da Família Flores (Glória) e Quilombo da Família de Ouro (Lomba do Pinheiro).

As comunidades indígenas em Porto Alegre são de etnia kainingang, charrua e mbyá guarani. Estas comunidades estão distribuídas nos bairros da cidade da seguinte forma: a) de etnia Kaingang: Komág (Belém Novo), Fag Nhin (Lomba do Pinheiro), Oré Kupri (Lomba

do Pinheiro), Tupe Pan (Tristeza), Van Ká (Lami) e Comunidades desaldeadas (Lageado, Agronomia, Morro Santana e Morro Quintana) b) etnia charrua: Aldeia Polidoro (Lomba do Pinheiro) c) etnia Mbyá Guarani (Extrema, Lomba do Pinheiro, Lami e Belém Novo) (Alcaraz, 2021, Barros, 2021, e Samuel, 2020).

Figura 2. Mapa dos bairros com presença de quilombos e comunidades indígenas em Porto Alegre



Mapa dos bairros com presença de quilombos e comunidades indígenas em Porto Alegre

- Comunidades Kaingang
- Comunidades Guaraní
- Comunidades Guaraní e Kaingang
- Quilombos
- Comunidades Guaraní, Kaingang e Charrua

Fonte: Elaborado por Rafaela Pereira (2021) a partir dos dados disponíveis na Prefeitura Municipal de Porto Alegre (PMPA).

Durante a pandemia, devido às eleições municipais no Brasil, Porto Alegre teve uma mudança política no governo municipal de 2020 para 2021. Esta mudança teve impacto na estratégia de enfrentamento da Covid-19 na cidade. O governo do mandato de Nelson Marchezan Júnior (PSDB), prefeito entre 2017 e 2021, seguiu uma estratégia de formação de um gabinete específico que acompanhou a política estadual de “distanciamento controlado” no Rio Grande do Sul, onde a meta seria de 55% de distanciamento social. Este distanciamento era controlado por tecnologia de geolocalização através dos 540 mil usuários de celular da Capital, onde poderia se mapear o deslocamento da população na cidade. Desde o começo da pandemia, por uma certa inação, falta de informações e de estratégia por parte do governo federal, a gestão da pandemia foi sendo administrada pelos governadores e prefeitos no Brasil. No caso do Rio Grande do Sul e de sua capital, Porto Alegre, aconteceu o alinhamento da política e a coordenação de ações, já que prefeito e governo do estado eram do mesmo partido político. O primeiro caso de Covid-19 aconteceu no dia 08 de março em Porto Alegre e o primeiro óbito em 24 de março. Em 31/03/2020, a Prefeitura Municipal de Porto Alegre emitiu o Decreto Nº 20534 decretando estado de calamidade pública e consolidando as medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do novo Coronavírus (Covid-19) em Porto Alegre.

Assim como no governo do estado do RS, foi constituído o Grupo Especial com órgãos da PMPA para propor medidas de contenção e mitigação dos efeitos sociais decorrentes da pandemia. Este grupo foi composto pela Secretaria Municipal de Relações Institucionais (SMRI), Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social e Esporte (SMDSE), Fundação de Assistência Social e Cidadania (FASC), Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico (SMDE), Empresa Pública de Transporte e Circulação (EPTC), Secretaria Municipal de Infraestrutura e Mobilidade Urbana (SMIM), Secretaria Municipal de Segurança (SMS), Defesa Civil, Departamento Municipal de Habitação (DEMAHB) e Departamento Municipal de Águas e Esgotos

(DMAE). Em 05/05/2020, a PMPA prorrogou até o dia 31/05/2020 o decreto 20.534 e avançou na retomada de segmentos econômicos através dos decretos 20.564 e 20.565 publicados no dia 02/05/2020 liberando as atividades para autônomos, profissionais liberais, microempreendedores individuais e microempresas. Poderíamos destacar que, sendo Porto Alegre capital do estado e polo de saúde, vieram pacientes de outras localidades e cidades havendo uma necessidade de coordenação da infraestrutura da saúde entre os municípios. Com já mencionamos, a Prefeitura lançou uma campanha pelo distanciamento social, buscando chegar a meta de 55% de distanciamento. No dia 08/07/2020, o distanciamento atingido era de 45,1%. A PMPA usou a tecnologia de geolocalização através dos 540 mil usuários de celular da Capital, que capta informações do deslocamento. É interessante ressaltar que, segundo os dados da PMPA, o dia 22 de março foi o dia com maior índice de distanciamento social realizado em Porto Alegre (71,3%) e o menor foi no dia 19 de junho no ano de 2020 (34,4%) (Soares *et al.*, 2020).

A partir da implementação das vacinas no Brasil e no Rio Grande do Sul, em janeiro de 2021, o novo governo municipal do prefeito eleito Sebastião Melo, que começou seu mandato em 2021, criou uma campanha de vacinação em coordenação com o Governo do RS. O processo de vacinação em Porto Alegre iniciou-se em janeiro de 2021, quando as primeiras 50 mil doses de vacinas da marca Coronavac chegaram à cidade (Soares *et al.*, 2021). Em março, iniciou-se a vacinação de reforço no município, utilizando a marca Pfizer. Segundo o “vacinômetro”, criado pela Prefeitura Municipal de Porto Alegre (PMPA), que vai atualizando os dados de aplicação da vacina diariamente, 100% da população já está vacinada com a primeira dose e 90,8 % com a segunda dose em 20 de dezembro de 2021. A terceira dose já está sendo aplicada na população (Prefeitura Municipal de Porto Alegre, 2021).

A situação das mulheres se agravou desde o início da pandemia em diferentes aspectos: o risco com a própria saúde; a necessidade de cuidado com os filhos e familiares; a perda de fontes de ingresso e

renda; e ainda o aumento dos índices de violência. A feminização da pobreza é um problema que se tornou ainda mais evidente no Brasil com a pandemia. Os organismos internacionais, como a Organização das Nações Unidas (ONU) e a Organização Mundial da Saúde (OMS), alertaram sobre a existência de grupo dos vulneráveis (mulheres, idosos, crianças e pessoas de baixa renda) e a necessidade de apoio a estes grupos por parte dos Estados, para que fossem reduzidos os danos na pandemia. Além do crescimento da violência contra mulher neste contexto, no Brasil, RS e Porto Alegre a questão da sobrevivência de mulheres que são chefes de família vem sendo um tema fundamental para pensarmos políticas públicas neste contexto. Por exemplo, programas de renda mínima são importantes para a vida das mulheres e para romper com situações de violência.

No início da pandemia, o dossiê de 2020 do Observatório das Metrópoles — Núcleo Porto Alegre apontava o crescimento de redes de solidariedade e de campanhas de alimentos e ajuda que foram criadas por mulheres. Além disso, muitas mulheres atuam na linha de frente no combate a Covid-19. Como alerta a ONU Mulheres, 70% do total de profissionais que atuam na linha de frente no combate ao Covid-19 são mulheres (Scapini e Marx, 2020). Além da necessidade de apoio à população vulnerável, a falta de água em algumas regiões da cidade e ações de remoção aconteceram em meio a pandemia. Em nota no dia 02/04/2020 denominada “Moradia e direito à vida nos territórios de Porto Alegre”, publicada pelo Observatório das Metrópoles — Núcleo Porto Alegre, destaca-se a situação da Vila Nazaré, situada nas proximidades do Aeroporto Salgado Filho, que sofreu com a falta de água e culminou com a remoção das famílias. Por outro lado, para enfrentar a falta de infraestrutura e políticas frente a pandemia, alguns agentes, organizações e comunidades de alguns bairros da cidade criaram redes de solidariedade. Estas redes são criadas para minimizar o impacto da pandemia na população mais vulnerável e compensar a falta de estrutura e apoio por parte das instituições públicas. Destacamos três experiências de redes

solidarias de mulheres durante a pandemia: a Campanha de Apoio das Diaristas, as Cestas Lúdicas e Didáticas e Fórum 4º distrito

A primeira experiência seria a rede de solidariedade entre as mulheres através da campanha desenvolvida pelo Movimento de Mulheres Olga Benário denominada Campanha de Apoio da Diaristas e que surgiu a partir de demandas de mulheres acolhidas e abrigadas na Casa de Referência Mulheres Mirabal situada em Porto Alegre e criada em 2016. A Casa de Referência Mulheres Mirabal tornou-se referência por atender mulheres em situação de violência e ao mesmo tempo tensionar o poder público para criação de políticas públicas voltadas para o combate à violência contra as mulheres. A Campanha de Apoio a Diaristas tinha como objetivo inicial receber doações de alimentos e produtos de higiene e limpeza e depois doações através da plataforma Apoia.se, onde se poderia doar dinheiro para compra de cestas básicas. Foi criado ainda cadastro específico das diaristas onde nos primeiros meses da pandemia, em 2020, mais de 500 mulheres foram cadastradas (Sanches, 2020). Percebe-se, através desta experiência, que a pandemia evidenciou logo no início a situação de vulnerabilidade das mulheres que dependiam do trabalho como diaristas para viver e que a campanha teve um papel importante e solidário com estas mulheres.

A segunda experiência parte do coletivo Turba, coletivo de mulheres arquitetas-urbanistas de Porto Alegre que busca a igualdade de gênero na construção de cidades inclusivas através de ações colaborativas no espaço urbano, que realizou também uma ação durante a pandemia. Este coletivo foi selecionado para desenvolver projeto vinculado ao Laboratório de Emergência | Covid-19, em 2020, denominado Cestas Lúdicas e Didáticas. A ação teve com o objetivo de atender mulheres em áreas de vulnerabilidade que estivessem com dificuldade de realizar atividades educacionais e de lazer com seus filhos durante a pandemia. Foram entregues caixas com materiais para brincadeiras para que as mulheres mães pudessem brincar com seus filhos. Este projeto evidenciou a necessidade de criar redes para atender as mulheres que tiveram que dar conta da educação de seus

filhos no período de isolamento social, além de realizar seu trabalho diário realizando no lugar de moradia tarefas relacionadas a jornada de trabalho e de cuidado³.

Como terceira experiência podemos citar o trabalho realizado na região do 4º Distrito de Porto Alegre, onde foi criado o Fórum do 4º Distrito que se constitui como um espaço que reúne moradores e trabalhadores do 4º Distrito da Cidade de Porto Alegre. O chamado 4º Distrito é a região da cidade que abrange do Centro Histórico até a Arena do Grêmio, situando-se entre o Rio Guaíba e a Avenida Cristóvão Colombo, envolvendo os bairros Floresta, Navegantes, São Geraldo, Farrapos e Humaitá. Durante a pandemia foi realizado projeto com apoio da Fiocruz onde o Fórum adquiriu máquinas de costura e uma prensa térmica para produzir camisetas e canecas. A venda das camisetas e canecas foram revertidas para compra de cestas básicas para as comunidades do 4º Distrito. Os produtos foram feitos por mulheres da Cooperativa Vinte de Novembro onde as máquinas e prensas adquiridas ficaram com a cooperativa, como ferramentas de geração de renda permanente⁴.

As experiências e redes de solidariedade anteriormente descritas evidenciam a necessidade premente do combate à fome e de sobrevivência, mas também a importância da geração de emprego e renda para as mulheres na pandemia. No contexto da Covid-19 podemos perceber também desigualdades relacionadas a moradia, com o agravante de que no ano de 2021, a ONU Mulheres, a partir de dados da PNAD, alertou que a pandemia tirou sete milhões de mulheres do mercado de trabalho no Brasil, ainda em relação a necessidade de cuidado de familiares e a relação com o trabalho: “O levantamento da ONU Mulheres apontou que, no mercado, a participação de mulheres com filhos e filhas de até dez anos caiu de 58,3%, no segundo

³ Sobre a Turba e esta experiência ver <https://www.instagram.com/t.urb.a/> e <https://cestasludicas.wixsite.com/cestasludicas>. Acesso em: 19/02/2022.

⁴ Sobre o Fórum 4 Distrito ver: <http://www.cdes.org.br/4o-distrito/> e <https://www.instagram.com/forum4distrito/> e Cooperativa 20 de novembro <https://www.instagram.com/cooperativa20>. Acesso em: 19/02/2022.

trimestre de 2019, para 50,6% no segundo trimestre de 2020” (ONU Mulheres, 2021). Esta é uma problemática que pode impactar no futuro da vida das mulheres, pois os meios materiais, além de promover o bem-estar, equalizam as relações de poder fazendo com que a mulher desenvolva suas atividades no espaço público e não somente no espaço privado (Rodrigues, Schabbach e Marx, 2014).

Além disso, devemos olhar para as mulheres em sua diversidade: negras, indígenas e LGBTQ+ e suas necessidades durante a pandemia, estabelecendo a relação entre a multiplicidade de marcadores, e promovendo políticas de inclusão social, de combate à violência contra a mulher e de geração de emprego e renda.

A violência contra mulher é um tema fundamental na agenda do movimento feminista. Os dados de violência contra mulher se classificam em ameaça, lesão corporal, estupro, feminicídio consumado e feminicídio tentado, segundo a Secretaria de Segurança Pública do Rio Grande do Sul, e demonstram que no início da pandemia os dados eram piores. Pareceria ser que o período em que houve maior isolamento social, de 2020, foi o de maior risco para as mulheres. Com o horizonte da vacina em 2021 e o progressivo retorno as atividades presenciais, os índices melhoraram com exceção do estupro, que experimentou um aumento em 2021.

Tabela 3. Violência contra mulher em Porto Alegre (2020-2021)

| Ano | Ameaça | Lesão corporal | Estrupo | Feminicídio consumado | Feminicídio tentado | Total |
|-------------------------|--------|----------------|---------|-----------------------|---------------------|-------|
| 2020 (total) | 3396 | 3021 | 224 | 10 | 109 | 6760 |
| 2020 (jan.-out.) | 2777 | 2487 | 172 | 8 | 94 | 5538 |
| 2021 (jan.-out.) | 2708 | 1978 | 226 | 8 | 42 | 4962 |

Fonte: SSP/RS.

A violência contra mulher é um problema público e se evidencia tanto em dados como em relatos em fóruns e diálogos realizados com mulheres. Ressaltamos a importância de relacionar este tema com

outras temáticas como moradia e violência, mobilidade e violência e espaço público. Uma análise quantitativa e qualitativa dos dados de violência poderia nos dar um quadro mais completo sobre esta questão.

O diálogo entre mulheres e cidades no contexto da pandemia da Covid-19

Durante os anos de 2020 e 2021, no contexto da pandemia e isolamento social, foram realizados diálogos virtuais para discutir a relação entre mulheres e cidades com mulheres de movimentos sociais, de organizações sociais, acadêmicas e mulheres que debatem raça e etnia. Estas mulheres que participaram dos diálogos vivem em cidades como Porto Alegre e Salvador (Brasil) Montevideu e Melo (Uruguai), Córdoba (Argentina) e Barcelona (Catalunha, Espanha)⁵. Os debates foram levantados levando em consideração a diversidade das mulheres. Para uma melhor análise, classificamos os temas a partir de três eixos a partir da visão de: a) mulheres arquitetas, b) mulheres ativistas líderes de movimentos sociais e organizações sociais e c) mulheres, identidades, raça e etnia nas cidades. Caberia ressaltar que estas mulheres desempenham diversas funções como arquitetas, professoras, ativistas, líderes de movimentos sociais e acadêmicas, podendo ser identificadas com mais de um eixo.

No primeiro eixo, as *mulheres arquitetas* (de organizações sociais, ativistas e da academia) destacaram temas importantes na relação entre mulheres e cidades. As duas primeiras arquitetas, que trabalham em coletivo feminista, destacaram temas como circulação das mulheres na cidade, assédio e insegurança no espaço público, necessidade de investir em iluminação para gerar segurança, pensar

⁵ Os diálogos completos estão disponíveis no YouTube do Grupo de Pesquisa Sociologia Urbana e Internacionalização das Cidades (GPSUIC). Ver https://www.youtube.com/channel/UCIwiVpJZ89OyKob_YGepuWQ/videos.

novas formas de planejar a partir da experiência das mulheres como usuárias, considerar a política do cuidado e sobrecarga para as mulheres e a necessidade de liberdade das mulheres a circular pelas ruas. A terceira entrevistada acadêmica destacou a importância de ter mulheres com nome de ruas e praças; considerar a mobilidade radial; paradas flexíveis dos ônibus; uso misto da cidade; mapear os trajetos da vida cotidiana; percepção das mulheres sobre o espaço público; e a segurança e realizar caminhadas exploratórias pela cidade com o olhar de gênero. A quarta arquiteta acadêmica e ativista desenvolveu temas muito importantes relacionados com a teoria, como por exemplo: pensar em um feminismo politizado em busca do direito à cidade para mulheres; pensar que a base teórica do direito à cidade é uma base masculina patriarcal e eurocêntrica; que o direito à cidade não é igual para homens e mulheres; a necessidade de uma cidade democrática; que as mulheres são maioria na América Latina; a existência de distorções na integração das mulheres nas diversas escalas de cidade; o fato que as mulheres usam mais o espaço público, mas em escala de bairro; a necessidade da política pública de gênero; a recuperação da memória das mulheres no espaço público; solucionar desigualdades entre mulheres; e violência.

As *mulheres ativistas*, líderes de movimentos sociais e organizações sociais, chamaram atenção para os seguintes pontos. A primeira entrevistada discorreu que o lugar das mulheres foi historicamente colocado na esfera doméstica; ressaltou que se as cidades fossem projetadas a partir da vivência das mulheres, seriam mais acolhedoras e inclusivas; a moradia como direito básico para acessar outros direitos; que as mulheres vivenciam muito mais a precariedade da moradia; que a pandemia potencializou o número de assédios; que a insegurança de andar na rua leva mulheres a abandonarem seus empregos e estudos; que as cidades inseguras fazem com que mulheres não possam se desenvolver; que as mulheres têm mais dificuldades que os homens para acessar espaços de luta e de organização; a importância da inclusão de mulheres no processo de planejamento das cidades e na construção civil; que as mulheres trazem

o olhar do coletivo, da inclusão, da alimentação saudável, do cooperativismo como geração de renda coletiva; a importância da titularidade da casa ser da mulher; necessidade de construção de projetos habitacionais mais próximos do centro; e, por fim, da problemática da construção de empreendimentos habitacionais em locais que não têm estrutura suficiente.

A segunda entrevistada ativista e líder de organização social resalta que as cidades estão privilegiando os automóveis e grandes edifícios; que existem problemas de insustentabilidade ambiental; a necessidade de valorização do espaço público como lugar de encontro; a necessidade de pensar as tarefas de cuidado em relação ao tempo; que existe uma relação entre o tempo das cidades e o tempo das mulheres; que as mulheres circulam mais pela cidade pelas tarefas que desempenham; o crescimento de níveis de violência de gênero; que existe uma perda de lugares de sociabilidade e de laços comunitários e o isolamento é maior para as mulheres; que houve um avanço capitalista sobre o mercado da terra urbana e expulsão de pessoas de zonas mais centrais; a cada vez mais difícil mobilidade para trabalho e outros equipamentos urbanos; a importância das cidades terem também nomes de mulheres em ruas, praças (e as homenagens envolvidas nisso); a necessidade de conversão de espaços abandonados em espaços públicos; a cidade como um campo de disputa de múltiplos interesses; o fato que a presença de mulheres jovens nas ruas também envolve abuso e violência de uma cultura patriarcal; e, por último, que as mulheres são maioria nas cidades e existem necessidades coletivas.

A entrevistada ativista de fronteira e acadêmica sublinhou que as mulheres tem maior dificuldade de se apropriar da cidade e que os espaços públicos não estão pensados para as mulheres; que existe uma invisibilidade das mulheres; que a cidade é hostil com as mulheres; a proximidade entre as pessoas em cidades pequenas; a dinâmica diferente das cidades de fronteira; a dificuldade de políticas públicas e sociais chegarem nas fronteiras; e que a união em organizações de

mulheres de fronteira serve para unificar a luta de melhores condições para mulheres.

No terceiro e último grupo, as *mulheres identidades, raça e etnia* nas cidades poderíamos mencionar diferentes ideias. Em relação as mulheres indígenas, destaca-se o corpo como território (“nosso corpo é Terra, nosso corpo é território”); a cidade como território indígena e o direito à cidade; a dependência da cidade por conta da falta de recursos como caça e pesca; a questão alimentar na cidade; as hortas comunitárias; a comida como remédio ou o alimento medicinal; a relação da saúde e alimentação com resistência e cura; e a política do cuidado e do afeto como base para a política social. Em relação as mulheres negras, destaca-se segurança da figura dos pedestres nos espaços marginalizados; a cidade não planejada para os pedestres e muito menos para mulheres; o tempo de mobilidade das mulheres e precarização da mobilidade; a falta de acesso ao acesso à moradia, que aumenta a violência doméstica; como a mulher negra se insere no mercado de trabalho formal e informal; o fato que a maioria das mulheres negras estão inseridas no mercado informal, num cenário de fragilidade; as políticas de morte; o fato que são mulheres negras que mais perdem pais e maridos pela violência urbana; as mulheres negras como provedoras de lar; o fato que a remoção de famílias seja de fácil realização pelo Estado; a destituição dos lugares de memória, como espaço de resistência; que existe um apagamento na história de constituição da cidade por essas mulheres; o modelo de higienismo como modelador do planejamento urbano brasileiro; que a pandemia exacerbou problemas sociais: “quem já está na margem da sociedade ficou mais a margem da sociedade”; a dificuldade de acesso a saúde das mulheres negras e de suas famílias; a dificuldade econômica na pandemia e como a pandemia afeta a população de periferia, despejos durante a pandemia e remoções para espaços longe da produção econômica; a politização do direito a cidade e a luta para implementar o direito à cidade; a importância do Sistema Único de Saúde (SUS) no acesso a saúde pública na pandemia; a importância

das cotas raciais nas universidades e o resgate da memória das mulheres negras nas cidades.

Considerações finais

O capítulo parte da problematização do conceito de direito à cidade, que tem sido desenvolvido de forma universal, sem levar em consideração diferentes eixos de diversidade e desigualdade, principalmente de gênero. Neste sentido, temos ressaltado a necessidade de olhar para este conceito a partir da teoria feminista e de uma perspectiva ampla de gênero que contemple a diversidade das mulheres e o olhar destas para o cotidiano da cidade, a fim de transformar o direito à vida urbana e do acesso a ela.

Em um segundo momento, buscamos mostrar como a pandemia se desenvolveu na cidade de Porto Alegre e como afetou as mulheres, que são maioria na cidade e nas oito regiões de planejamento e gestão em que a cidade está dividida. Caberia ressaltar ainda a necessidade de olhar para a diversidade das mulheres que estão no território e principalmente aquelas que residem em comunidades quilombolas e indígenas. Por isto, buscamos mostrar como estas mulheres se localizam no território das cidades brasileiras, e neste caso em Porto Alegre, e que estas mulheres precisam ser visibilizadas. Podemos dizer que a mudança de governo local na cidade no ano de 2021 trouxe uma política focada na vacinação da população, mas ao longo do primeiro ano de pandemia, em 2020, houve despejos e ainda existem ameaças. O isolamento social não aconteceu de forma igual para o conjunto da população, mas afetou principalmente as mulheres, que tiveram dupla ou tripla jornada em função do trabalho e dos cuidados com os filhos e com a família.

Em um terceiro momento, buscamos ressaltar alguns pontos trazidos por mulheres que participaram dos diálogos do Projeto de Extensão Mulheres e Cidades, no ano de 2020 e 2021, articulando assim pesquisa e extensão. A vivência destas mulheres em suas cidades,

de seus olhares e de sua relação com o cotidiano, trazem elementos importantes para uma agenda urbana de gênero para o próximo período em que teremos o desafio de pensar as cidades em um novo contexto pós-pandemia.

Bibliografia

Alcaraz, E. (2021). *Semana Municipal dos Povos Indígenas começa nesta segunda com programação virtual*. Prefeitura de Porto Alegre. Disponível em: <https://prefeitura.poa.br/smds/noticias/semana-municipal-dos-povos-indigenas-comeca-nesta-segunda-com-programacao-virtual>. Acesso em: 12/12/2021.

Barros, B. (2016). *Comunidade indígena kaingang comemora conquista de área*. Prefeitura de Porto Alegre. Disponível em: http://www2.portoalegre.rs.gov.br/cs/default.php?p_noticia=185215. Acesso em: 12/12/2021.

Bitencourt, L. e Pires, C. (2021). *Lançamento do Atlas da Presença Quilombola em Porto Alegre/RS*. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=V-nmPOTvdsE>. Acesso em: 12/12/2021.

Coelho, P. (2021). *Covid-19: mulheres são as que mais aderem à vacinação completa*. Prefeitura de Porto Alegre. Disponível em: <https://prefeitura.poa.br/sms/noticias/Covid-19-mulheres-sao-que-mais-aderem-vacinacao-completa>. Acesso em: 12/12/2021.

Falú, A. (2014, dezembro). El Derecho de las Mujeres a la Ciudad. Espacios Públicos sin discriminaciones y violencias. *Revista Vivienda y Ciudad*, 1, 10-28.

Gehlen, I. e Ramos, I. A. (Coords.) (2008, maio). *Estudo quantitativo-qualitativo da população quilombola do Município de Porto Alegre/RS*. Porto Alegre. Disponível em: http://lproweb.procempa.com.br/pmpa/prefpoa/fasc/usu_doc/quilombolaspoarelatoriofinal_2008.pdf. Acesso em: 27/11/2021.

Gehlen, I. e Silva, S. B. (Coord.) (2008, set.). *Estudo quantitativo e qualitativo dos coletivos indígenas em Porto Alegre e regiões Limítrofes*. Porto Alegre. Disponível em: http://lproweb.procempa.com.br/pmpa/prefpoa/fasc/usu_doc/relatorio_finalindigenas_fasc.pdf. Acesso em: 27/11/2021.

Grupo de Pesquisa Sociologia Urbana e Internacionalização das Cidades (GPSUIC). *Diálogo Mulheres e Cidades* [canal de Youtube]. Disponível em: https://www.youtube.com/channel/UCIwiVpJZ89OyKob_YGepuWQ/videos.

Harvey, D. (2014). *Cidades Rebeldes: do direito à cidade à revolução urbana* (pp. 27-66). São Paulo: Martins Fontes.

Jacobs, J. (2011). *Morte e Vida de grandes cidades* (pp. 1-26 e 477-499). São Paulo: Editora WMF Martins Fontes.

Lefebvre, H. (2001). *O Direito à Cidade* (pp. 103-145). São Paulo: Centauro.

Marx, V. e Celiberti, L. (2017, jan./jul.). Diálogo de Mulheres de Fronteira no Contexto da Universidade Popular dos Movimentos Sociais: novas metodologias e agendas. *Iluminuras*, 18(43), 119-133. Porto Alegre.

Observapoa (S/d). *Indicadores da Cidade de Porto Alegre*. Disponível em: <http://portoalegreemanalise.procempa.com.br/>. Acesso em: 18/11/2021.

ONU Mulheres (2021). *ONU Mulheres avalia desafio das mães empreendedoras na pandemia Covid-19 e economia no país*. Disponível

em: <http://www.onumulheres.org.br/noticias/onu-mulheres-avalia-desafio-das-maes-empendedoras-na-pandemia-Covid-19-e-economia-no-pais/>. Acesso em: 04/11/2021.

Prefeitura Municipal de Porto Alegre (2021). *Vacinômetro-painel*. Disponível em: <https://prefeitura.poa.br/sms/coronavirus/vacinometro-painel>. Acesso em: 20/12/21.

Rodrigues, A. B.; Schabbach, L. M. e Marx, V. (2014). Cidadania, empoderamento feminino e promoção familiar através das políticas sociais de transferência de renda. In: Gorski Brites, J. e Schabbach, L. (Orgs.), *Políticas para família, gênero e geração*. Porto Alegre: UFRGS/CEGOV (Capacidade Estatal e Democracia).

Samuel, F. (2020, 18 de abril). Comunidades indígenas relatam dificuldades em meio à pandemia. *Correio do Povo*. Porto Alegre. Disponível em: <https://www.correiodopovo.com.br/not%C3%A1cias/geral/comunidades-ind%C3%ADgenas-relatam-dificuldades-em-meio-%C3%A0-pandemia-1.413767>. Acesso em: 12/12/2021.

Sanches, N. (2020). Campanha de Apoio a Diaristas: uma experiência do movimento social e o combate à Covid-19. Seção in: Soares, P. R. R.; Augustin, A. C. *et al.*, A pandemia de Covid-19 no Rio Grande do Sul e na metrópole de Porto Alegre. In: Queiroz Ribeiro, L. C. de (Org.), *As Metrôpoles e a Covid-19: dossiê nacional* (pp. 338-370). Rio de Janeiro: Observatório das Metrôpoles.

Scapini, G. e Marx, V. (2020, 28 de maio). Atuação de mulheres em tempos de Covid-19: a necessidade de reconhecimento das práticas de solidariedade e de cuidado. *Jornal da Universidade*. Disponível em: <https://www.ufrgs.br/jornal/atuacao-de-mulheres-em-tempos-de-Covid-19-a-necessidade-de-reconhecimento-das-praticas-de-solidariedade-e-de-cuidado/>. Acesso em: 04/11/2021.

Secretaria de Segurança Pública - RS (s/d). *Indicadores da Violência Contra a Mulher — Lei Maria da Penha*. Disponível em: <https://ssp.rs.gov.br/indicadores-da-violencia-contra-a-mulher>. Acesso em: 19/11/2021.

Soares, P. R. R *et al.* (2021). Dossiê as metrópoles e a Covid-19 (2021) Região Metropolitana de Porto Alegre — RMPA. *As Metrópoles e a Covid-19: dossiê nacional Vol. II* (pp. 207-222). Rio de Janeiro: Observatório das Metrópoles.

Soares, P. R. R.; Augustin, A. C.; Campos, H. A.; Sanson de Bem, J.; Waismann, M.; Marx, V.; Siqueira, L. F.; Lahorgue, M. L.; Ugalde, P. A. (2020). A pandemia de Covid-19 no Rio Grande do Sul e na metrópole de Porto Alegre. In: Queiroz Ribeiro, L. C. de (Org.), *As Metrópoles e a Covid-19: dossiê nacional* (pp. 338-370). Rio de Janeiro: Observatório das Metrópoles.